



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste sábado

A Operação Durkheim da Polícia Federal apontou que entre as vítimas de uma quadrilha especializada na quebra ilegal de sigilos estão o Tribunal de Justiça de São Paulo, o ex-secretário de Reforma do Judiciário Sérgio Renault, o prefeito de Santo André, Aidan Ravin (PTB), e o ex-jogador da seleção brasileira de futebol Luizão. O relatório da operação indica que a quadrilha obteve um extrato com mais de cem ligações feitas em julho e agosto de 2011 de um telefone de um setor técnico do TJ paulista em Guarulhos. As informações são da **Folha de São Paulo**.

Causas da corrupção

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, fez um diagnóstico da corrupção no país. Para ele, três causas fomentam esse tipo de crime: a cultura enraizada na sociedade que mistura os interesses públicos com os privados; a promiscuidade política nos financiamentos de campanhas eleitorais; e a estrutura administrativa dos governos que funcionam à base do apadrinhamento político. As informações são do **Portal Correio**.

Mais um adiamento

A votação do Marco Civil da Internet foi adiada mais uma vez. Desta vez a oposição usou a reunião da União Internacional de Telecomunicações, de Dubai, como motivo para não aprovar o projeto — o argumento era de que o Brasil deveria esperar as definições dos parâmetros internacionais para definir suas próprias leis. As informações são do **Estadão**.

Diretas já

A Campanha "Diretas Já no Poder Judiciário", que visa promover as eleições diretas para a escolha da presidência dos Tribunais de Justiça de todo o Brasil foi lançada nesta sexta-feira (30/11), em Natal. O evento ocorreu dentro da programação do Fórum de Democratização no Poder Judiciário, promovido pela Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (Amarn), com o apoio da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Associação dos Juízes Federais (Ajufe) e Associação dos Magistrados Trabalhistas do Rio Grande do Norte (Amatra). As informações são do **G1**.



OPINIÃO

Direito de espernear

O advogado Miguel Reale Júnior, em artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, afirma que o PT, ao acusar o julgamento do mensalão de juízo de exceção, apenas exerce o direito de espernear: uma choradeira de bases emocionais. "Foi além da choraminga, contudo, para vergonha nacional, ter-seusado a figura de Roxin, que, em nota no **ConJur**, desmentiu indignado ter algum interesse na defesa de José Dirceu ou criticado o Supremo, como foi levianamente noticiado", diz Reale Júnior. Para o advogado, a teoria do domínio do fato, tão falada no julgamento do mensalão, nada mais é do que abusca de critérios para distinguir quem deve ser considerado autor ou coautor e quem cabe ser visto apenas como cúmplice por auxiliar na prática do delito. É uma questão mais velha que a Sé de Braga.

Autores: Redação ConJur